

Sobre *Contra os Gramáticos*, de Sexto Empírico

Ana Paula Grillo El-Jaick¹

PUC-Rio / CNPq

anapaulaeljaick@gmail.com

resumo Este trabalho pretende apontar algumas considerações sobre o tratado *Contra os gramáticos*, de Sexto Empírico. A análise dessa obra vem sendo feita com algumas questões norteadoras – e, reconhecidamente, temerosas. Duas delas se entrelaçam ao indagar pela possibilidade de se entrever alguma perspectiva de linguagem preservada por Sexto Empírico; e, em caso afirmativo, se ela poderia ser considerada contemporaneamente pragmática ou representacionista. Nessa etapa da pesquisa, é nosso objetivo enfatizar o movimento espiralado que o texto de Sexto Empírico impõe a seus leitores, em que se pode flagrar (parece) um movimento oscilante no que diz respeito às concepções de linguagem ali presentes.

palavras-chave *Contra os gramáticos*; Sexto Empírico; ceticismo pirrônico; gramática antiga; pragmática; representacionismo

Com o intuito de preparar o terreno para as considerações que serão feitas sobre o tratado *Contra os gramáticos*², de Sexto Empírico, faz-se necessário, antes, circunstanciar o interesse por tal pesquisa. Um estudo anterior – que culminou em Dissertação de Mestrado – teve como tema as inquietações contemporâneas em torno dos *limites da interpretação* em face do movimento vigoroso de ruptura com *perspectivas representacionistas da linguagem e do sentido* que hoje testemunhamos, em benefício de concepções lingüísticas que podem ser agrupadas sob a denominação de *não-representacionistas* (ou *não-imanentistas*) (cf. RORTY, 2002). Uma perspectiva de linguagem é assim denominada *não-representacionista* por

Recebido em 12 de junho de 2007. Aceito em 07 de outubro de 2007.

dois pontos, Curitiba, São Carlos, vol. 4, n. 2, p.119-131, outubro, 2007

negar o pressuposto tradicional de que as línguas funcionam como sistemas de representação. É também *anti-imanentista*, por recusar a premissa de que o significado habita a letra; e *anti-essencialista*, por desautorizar a idéia de que a linguagem tenha um fundamento essencial, absoluto.³ Como conseqüência de semelhante visão de linguagem, o signo lingüístico deixa de ser entendido como objeto de uma só interpretação *certa*. Com isso, enfatiza-se sob esse ângulo a multiplicidade não inventariável de interpretações que as expressões lingüísticas podem ter.

A questão da multiplicidade de interpretações esteve sempre mais evidente em usos de linguagem reconhecidos como *especiais*, notadamente no campo da literatura, apesar de não se restringir só a ele, talvez pela vocação histórica dessa tradição a examinar usos *transgressores* da linguagem em que se estabelecem conexões inusitadas. Tradicionalmente, a multiplicidade potencial de interpretações era um obstáculo a ser transposto em direção à *interpretação correta*, um obstáculo que não encontraríamos, pelo menos tão freqüentemente, na *linguagem comum*. A ruptura contemporânea com esse tipo de visão se dá justamente pela crença de que a multiplicidade de sentidos não é um obstáculo contornável, mas sim uma característica constitutiva da linguagem em qualquer de suas manifestações.

Jacques Derrida, por exemplo, em sua conhecida crítica a Austin, defende que, se há uma possibilidade de fracasso na comunicação por qualquer eventualidade, como um mal-entendido, deve-se considerar esse risco como *sempre* possível. Dessa forma, Derrida afirma que a possibilidade de erro deve fazer parte da estrutura mesma dos atos de fala, e se pergunta se haveria, alguma vez, *sucesso* na comunicação lingüística:

O valor de risco ou de sujeição ao fracasso, ainda que possa afetar *a priori*, Austin reconhece-o, a totalidade dos atos convencionais, não é interrogado como predicado essencial ou como *lei*. Austin não se pergunta que conseqüências resultam do fato de um possível – um risco possível – ser *sempre* possível, constituir de qualquer modo uma possibilidade necessária. E se, uma tal possibilidade necessária de fracasso sendo reconhecida, este constitui ainda um acidente. O que será um sucesso quando a possibilidade de fracasso continua a constituir a sua estrutura? (DERRIDA, 1991, pp. 365-366).

A impossibilidade de se domesticar o código escrito é enfatizada por Derrida em uma conclusão demolidora: “A escrita, se a houver, comunica talvez, mas não existe, de certeza” (DERRIDA, 1991, p. 373).

O apagamento do texto – ou uma espécie de igualação de todos eles, uma vez que seriam apenas tinta sobre papel – também é repetido pelo crítico literário Stanley Fish, que conclui seu “Interpreting the *Variorum*” dizendo que: “Uma vez mais fiz o texto desaparecer, mas infelizmente os problemas não desaparecem com ele” (FISH, 2001, p. 2089). Outro questionamento freqüente na obra de Fish é em relação ao que nos daria o direito de aceitar algumas interp retações e de excluir outras, considerando-as inválidas. Em uma análise de “O Tygre”, famoso poema de William Blake, Fish arrola duas interp retações díspares e contrárias publicadas por dois influentes ensaístas americanos: uma defende a maldade e, outra, a santidade do tigre. Fish reconhece o impasse em se aceitar duas interpretações incompatíveis, mas não faz sua escolha entre elas. Em vez disso, ele apenas registra a possibilidade de ambas, dada a *comunidade interpretativa*⁴ de que o leitor interpretante esteja fazendo parte naquele momento.

Esse tipo de caminho vem gerando alguma inquietação. Umberto Eco, por exemplo, que foi um dos principais autores a enfatizar o papel do leitor na construção de sentido no texto com sua *Obra aberta*, de 1962, parece recuar dessa posição (ou pelo menos revê-la) em um de seus livros mais recentes: *Os limites da interpretação*, de 2000. Segundo Eco, no que concerne à espécie de oscilação ou equilíbrio instável entre iniciativa do intérprete e fidelidade à obra, a balança pendeu excessivamente para o lado da iniciativa do intérprete (ECO, 2000, p. XXII).

Tomando parte nesse debate, o filósofo do Direito Martin Stone põe em questão a própria noção de que tudo seja matéria para interpretação, isto é, a idéia de que para se entender qualquer expressão lingüística é de fato preciso revesti-la de uma interp retação qualquer (STONE, 2000). Ainda outros autores juntam-se ao debate interessados em discutir o que Stone chama de *ameaça cética*, algo que nasce como conseqüência de se pensar que, como o signo lingüístico não tem nada de essencial e imanente que o determine, então nada há que garanta limites para sua significação. O filósofo Stanley Cavell também percebe nesse movimento anti-representacionista da linguagem uma inclinação para o ceticismo,

e alinha aqueles que desconfiam do significado textual aos epistemólogos tradicionais, que desconfiavam da existência do mundo exterior (CAVELL, 1979). É a mesma linha de pensamento que outro teórico, Michael Fischer (FISCHER, 1989), segue ao questionar a propensão, por ele atribuída a críticos pós-estruturalistas, de colocar em dúvida qualquer certeza que se possa ter acerca do texto. Talbot Taylor também atenta para o perigo de se cair no abismo de um regresso ao infinito caso se siga indefinidamente o que ele chama de *prática interpretativista* (TAYLOR, 1992, p. 168). Essa seria a consequência de se entender que qualquer informação com o propósito de ajudar a interpretação de um texto é, ela mesma, passível de interpretação – então a interpretação passa a ser não só inescapável como interminável. Taylor chama de *ceticismo comunicacional* o desafio imposto pelo cético às teorias representacionistas de linguagem quando este questiona o entendimento mútuo (TAYLOR, 1992, p. 3-4). Martha Nussbaum, no artigo “Skepticism about practical reason in literature and the law”, cita textualmente Derrida e Fish como exemplos de pensadores contemporâneos afinados com as visões e os métodos do ceticismo – pirrônico especificamente –, embora eles próprios não se coloquem sob esse rótulo. Um dos argumentos levantados por Nussbaum para sustentar essa idéia repousa no fato de que tanto Derrida quanto Fish recorrem repetidas vezes à estratégia pirrônica de apresentar um contra-argumento sempre que uma argumentação é defendida. Analogamente, diz ela, diante de duas interpretações contraditórias de um texto, Derrida e Fish, qual pirrônicos modernos, declaram que ambas têm o mesmo peso e que, portanto, não é possível decidir entre as duas – devendo-se, então, suspender o juízo (NUSSBAUM, 1994, p. 724).

A partir dessas considerações – a *ameaça cética* pronunciada por Stone, o *ceticismo comunicacional* formulado por Taylor, os *pirrônicos modernos* vislumbrados por Nussbaum –, já podemos ter uma idéia da ligação que vem sendo feita entre visões não-representacionistas da linguagem e o ceticismo. Ao mesmo tempo, o ceticismo pirrônico tem sido visto por alguns estudiosos como um movimento precursor da perspectiva não-representacionista da linguagem (Cf. MARCONDES, 1999). De qualquer maneira, tanto seguindo um movimento de retorno ao ceticismo como vendo nele o ponto de partida, o fato é que parece haver um magnetismo entre não-representacionismo e ceticismo.

Para entender melhor os laços e os possíveis impasses entre essas duas orientações de pensamento – cética e não-representacionista –, a pesquisa sobre *Contra os gramáticos*, de Sexto Empírico, foi iniciada. Pois uma obra cética que toma a linguagem como o seu objeto principal, como é o caso desse tratado, configura-se um espaço promissor para a reflexão sobre os laços entre essas duas orientações do pensamento, bem como sobre os possíveis impasses gerados por esse vínculo. A análise da conexão entre ceticismo e visão não-representacionista da linguagem em *Contra os gramáticos* está sendo feita com algumas questões colocadas de antemão no horizonte da pesquisa, entre as quais: (i) pode-se entrever nesse tratado alguma perspectiva de linguagem defendida por Sexto Empírico?; e, em caso afirmativo, (ii) tal concepção seria considerada contemporaneamente pragmática ou representacionista? Nessas duas perguntas já se reconhece o caráter temerário da empreitada. Seus riscos mais evidentes estão no anacronismo; e na busca por uma postulação cética de alguma teoria em um tratado que pretende não defender qualquer teoria.

Confrontar uma possível concepção de linguagem em *Contra os gramáticos* com as contemporâneas visões pragmática e representacionista de linguagem já é reconhecer previamente o anacronismo conscientemente praticado aqui – ou seja, a investigação desse tratado é feita a partir de uma forma contemporânea de compreender os discursos teóricos sobre a linguagem, balizando a análise pela oposição entre perspectivas representacionistas e não-representacionistas.

Conceber uma perspectiva de linguagem cética como uma hipótese e não como um dado indubitável já é reconhecer o risco da proposta. Entretanto, a leitura de outros autores mostra que a exposição a esse risco não é solitária. Danilo Marcondes, por exemplo, julga a defesa que Sexto Empírico faz, em *Contra os lógicos*, do signo comemorativo (ou mnemônico) como unidade de significação uma das poucas *doutrinas* positivas mantidas pelo ceticismo (MARCONDES, 1999, p. 399–400). Françoise Desbordes, por sua vez, acredita que, ainda que Sexto Empírico não fosse um gramático, ele acaba por compor – seja por oposição, seja explicitamente – uma teoria da linguagem baseada em alguns pressupostos. Em “Le langage sceptique”, Desbordes tem por objetivo mostrar que esses pressupostos – ou “ponto de vista”, como a autora prefere – não são simplesmente a posição banal do “bom senso”, mas que o mau humor de

Sexto Empírico para com os gramáticos se explica na medida em que seu modo de filosofar cético estaria ameaçado quando estes colocam em questão a linguagem e a consideram como um objeto de estudo (DESBORDES, 1982, p.49). Para Desbordes, em *Contra os gramáticos* as formas argumentativas de Sexto Empírico – entre elas a discordância, o regresso ao infinito, o raciocínio circular – pertencem ao arsenal cético, mas não levam à conclusão tradicional da suspensão do juízo (DESBORDES, 1982, p. 53). Sexto Empírico, dessa forma, não se limitaria a suspender o juízo com relação à gramática, mas tomaria partido no sentido de demonstrar que ela é não somente inútil, mas nociva; não se trataria de dizer que as proposições da gramática são indecidíveis, mas que elas são *falsas* – e falsas porque contradizem outras proposições que ele tem por *verdadeiras*: como a impossibilidade de ser a gramática, como querem os gramáticos, uma *ciência*; como incapacidade de se ter, através da gramática, um critério de correção, etc.

Contra os gramáticos é estruturado como um tratado gramatical: definição de gramática, as partes da gramática, o tratamento de cada uma dessas partes. Sexto Empírico sustenta que há na verdade duas *gramáticas*: uma *geral* e outra *particular*. A gramática geral se refere ao conhecimento das *letras* – sejam gregas ou bárbaras. Essa gramática se compromete a ensinar o alfabeto e suas combinações, sendo, assim, uma especialidade relativa à leitura e à escrita. (É preciso ressaltar que se deve entender esse sentido geral da gramática como uma especialidade referente à capacidade básica de ler e escrever, nada tendo a ver com estilo). Já no sentido particular, a gramática não se limita ao mero conhecimento das letras, mas quer ser uma especialidade mais profunda, pretendendo investigar a origem e a natureza da linguagem, além das partes das orações (chegando às palavras, sílabas etc.).

Sexto Empírico anuncia de saída que vai poupar a gramática que tem como objetivo ensinar a ler e a escrever, porque sua utilidade é aclamada por todos. Essa gramática está entre as coisas mais úteis: ela cura “a indolente doença do esquecimento” porque serve à memória – capacidade mais necessária, já que tudo depende dela (AM I.49, 52). Suas armas críticas, então, estão apontadas para o resto da gramática – sua outra vertente, mais ambiciosa. Sexto Empírico avisa a seus leitores que vai se dedicar a atacar a gramática pretensiosa, mais avançada, que deseja ter como objeto de estudo a linguagem.

Depois de diferenciar esses dois tipos de gramática, o passo seguinte de Sexto Empírico é definir mais exatamente o que é seu objeto de ataque. Para isso, coerente com a prática cética, ele não produz uma definição de *gramática*, mas analisa – e destrói – aquelas estabelecidas por gramáticos antes dele: Dionísio Trácio, Ptolomeu, Asclepiades, Chaeris e Demétrio. Demolidas tais definições, Sexto Empírico divide a gramática em três partes: *técnica*, *histórica* e *especializada* ou *própria* (AM I.99-119). A parte *técnica* concerne à própria linguagem e seus componentes, debruçando-se sobre seus elementos (AM I.99-119), sílabas (AM I.120-130), expressão (*lexis*) e partes da oração (AM I.131-158), distribuição (AM I.158-168), ortografia (AM I.169-174), helenismo (AM I.175-247). A parte *histórica* da gramática é aquela que se encarrega da explicação no que concerne a pessoas, lugares, ficções e mitos (AM I.248-269; v. tb. AM I.92). Finalmente, na parte *especializada* ou *própria* é examinada a linguagem dos poetas e prosadores – expondo-se, criticando-se e catalogando-se suas obras; investigando-se a obscuridade de sua linguagem; distinguindo-se o que é genuíno do que é espúrio (AM I.270-320; v. tb. AM I.93).

As conclusões mais comuns nas investigações de Sexto Empírico em *Contra os gramáticos* indicam a *incoerência*, *não realidade* e *inexistência* do objeto em análise (BLANK, 1998, p. 128). Ele conclui, com efeito, que “a gramática, sob a concepção dos gramáticos, é não-existente” (AM I.90). Seguindo os modos pirrônicos, entre as estratégias pirrônicas mais recorrentes de que Sexto Empírico se vale para reforçar suas conclusões pela não-existência e inutilidade da gramática está a de mostrar que o argumento de seu oponente leva a um *regresso ao infinito* (como em AM I.180) e ao *desacordo* (como em AM I.144), sempre que se confrontam duas posições equipolentes sobre um mesmo assunto, segue-se a impossibilidade de decisão por um argumento ou outro. Além disso, Sexto Empírico, repetindo o estilo impresso em *Hipotiposes pirrônicas*⁵, recorre com frequência ao hipotético para, novamente, confirmar o que já tinha como certo, em raciocínios do tipo “acabei de mostrar que tal coisa não é possível, mas vamos supor que fosse...”. Outro plano de ataque utilizado por Sexto Empírico tanto em *Contra os gramáticos* quanto em *Hipotiposes pirrônicas* baseia-se no recurso ao célebre *paradoxo de Sorites*. É também bastante recorrente nesse ataque à gramática a idéia de que ela não pode ser concebida, uma vez que não há conhecimento do ilimitado, do infini-

to (por exemplo, em AM I.81), já que o próprio método é limitador. E as palavras e os significados não só são infinitos e não fixos, como mudam com o tempo.

No processo de destruição das pretensões da gramática como especialidade teórica, Sexto Empírico desenvolve argumentos em que se pode flagrar (parece) um movimento oscilante no que diz respeito às concepções de linguagem presentes no tratado, uma oscilação entre o representacionismo e o anti-representacionismo. De uma maneira que ainda não está completamente clara nessa etapa do estudo, isso parece se associar a certa duplicidade no que tange ao reconhecimento do lugar da linguagem nos assuntos humanos: ora ela é um instrumento de representação de que o homem pode se valer de forma deliberada, ora é indissociável das nossas práticas, mantendo com elas laços recíprocos e, tendo, portanto, muito maior peso em nossas formas de vida.

Não obstante, há que se ressaltar que a concepção representacionista de linguagem avistada em Sexto Empírico corresponderia mais a um representacionismo fenomênico, em que não haveria uma representação de como o cético acredita ser o mundo, mas uma representação de como o mundo o atinge (ANNA e BARNES, 1985, p. 23-24). Faz-se necessário enfatizar que, para fins deste trabalho, uma visão representacionista de linguagem é toda aquela para a qual o significado lingüístico é entendido a partir de uma relação denotativa, em que nomes nomeiam objetos. Esse paradigma palavra/coisa, objeto/designação, portanto, abrange tanto concepções para as quais a coisa, isto é, o objeto, é algo no mundo, é uma imagem mental, é o que nos aparece na vida cotidiana. Nesses termos, uma concepção representacionista de linguagem também não deve ser confundida com a discussão naturalismo *versus* convencionalismo que, como se sabe, ocupou muitos filósofos antigos quando do debate sobre a linguagem. Dito isso, aponta-se, à guisa de exemplo, alguns momentos em que Sexto Empírico parece aproximar-se de tal representacionismo em *Contra os gramáticos*.

No debate sobre uma das definições de gramática, interessa aqui a fornecida por Chaeris, segundo a qual a gramática seria:

Uma habilidade que diagnostica pela técnica e pesquisa as coisas ditas e pensadas pelos gregos tão precisamente quanto possível, exceto aquelas coisas provenientes de outros tipos de especialidade (AM I.76).

Sobre a definição de Chaeris, Sexto Empírico chama a atenção para o fato de que sua última ressalva não é feita em vão, observando que dentre as coisas ditas e pensadas pelos gregos algumas dizem respeito às mais variadas especialidades, e outras não. Em importante passagem para este trabalho, Sexto Empírico divide o discurso em *palavras* e *substâncias que as fundamentam* (AM I.77). As palavras seriam tanto as expressões como seus significados; as substâncias que as fundamentam, por seu turno, seriam os objetos no mundo referidos pelas palavras (BLANK, 1998, p. 140). Então, Sexto Empírico mostra que, diferentemente de muitos especialistas de outras *tékhnai*, que são capazes de lidar com as palavras e as substâncias que as fundamentam, os gramáticos não o são em muitos casos. Por isso, Chaeris nos diz que a gramática não cobre o conhecimento de todas as outras especialidades – a gramática é um tratamento das coisas ditas e pensadas que não aquelas relacionadas às outras especialidades. A definição de Chaeris é, para Sexto Empírico, pior do que as analisadas anteriormente por ele, a se considerar que esta quer que a gramática conheça a forma e o significado de cada expressão grega (AM I.81).

Na discussão sobre a parte da gramática dedicada aos poetas e prosadores, o paradigma de linguagem palavra/coisa parece ser reafirmado por Sexto Empírico ao pregar a incompetência dos gramáticos quando considera que toda composição de prosa e poesia consiste “de palavras que significam e coisas que são significadas” (AM I.300), e mostra que seria necessário ao gramático entender *as palavras*, ou apenas *as coisas que as fundamentam*, ou *ambos*. Os gramáticos não entendem *as coisas que fundamentam as palavras*, uma vez que algumas dessas coisas pertencem à ciência natural, outras são matemáticas, outras ainda são médicas, musicais, etc. Então, no fim das contas, para se entender esses escritos é preciso ser um especialista da área de que a composição estiver tratando. Isso significa dizer que, como os gramáticos não podem ser especialistas em todas essas outras ciências, eles *interpretariam erroneamente* esses textos. Assim, Sexto Empírico contesta a afirmação de que os gramáticos saberiam sobre as coisas (*pragmata*) (AM I.313). Mas permanece a possibilidade de que os gramáticos entendam *as palavras*, como hermeneutas que igualmente se propunham ser. Mas isso também não faz sentido. Ele dá alguns argumentos para mostrar que os gramáticos também não entendem as palavras. Não as entendem porque não dispõem de nenhum meio

técnico para entendê-las – já que não é por meio de nenhuma especialidade que eles aprenderam a correspondência entre, por exemplo, palavras gregas e frígias, mas simplesmente ouvindo os outros falarem (AM I.313). Sexto Empírico lança mão do argumento da infinitude, já que há infinitas palavras cunhadas de maneiras diferentes pelos mais variados povos (AM I.314), e também se pergunta como os gramáticos conheceriam algumas palavras científicas, tais como *realidade* e *essência*, em Aristóteles (AM I.315). Em suma, se os gramáticos não sabem nem as coisas nem as palavras, e o poema ou a obra em prosa não é nada além disso, os gramáticos não vão possuir uma especialidade capaz de explicar o que é dito por poetas e prosadores (AM I.318).

Assim, a noção de que deve haver apenas *uma* interpretação *certa* para determinada obra é firmada quando o gramático é desqualificado para entender as coisas referidas nos textos de outras especialidades (logo, a interpretação só estaria disponível para o *especialista* da área); e reafirmada também quando da discussão em torno dos poemas bons e ruins. Neste caso, os gramáticos, acumulando as funções de hermeneuta e crítico literário, afirmavam que o poema *claro* é o melhor poema. A crítica que se faz então aos gramáticos é que a gramática é inútil para a interpretação do bom poema, já que este não precisa de explicação – isto é, *o poema diria por si mesmo*.

Contudo, o anti-representacionismo de Sexto Empírico – e não o representacionismo – talvez seja o que melhor fornece pistas sobre como articular sua (pretensa) visão de linguagem e o pensamento cético. Na discussão de Sexto Empírico em torno da existência da parte técnica sobre o helenismo na gramática (ou seja, sobre correção gramatical), ele discute os *princípios* que devem existir para que haja uma tal especialidade relacionada ao helenismo – já que um dos pré-requisitos para uma especialidade ser assim considerada é que ela seja baseada em algum princípio (AM I.180). E caso haja princípios, eles deverão ser ou *técnicos* ou *não-técnicos*. Essa luta entre critérios técnicos e não-técnicos é, de fato, um debate que freqüenta com assiduidade *Contra os gramáticos* – a contenda em torno de que tipo de princípios tem a especialidade da gramática. Se forem princípios *técnicos*, eles serão construídos ou a partir deles mesmos ou de uma segunda especialidade, e essa de outra, levando a um *regresso ao infinito* – de modo que a especialidade não teria começo e, assim, não

seria sequer uma especialidade (AM I.180). Por outro lado, se forem *não-técnicos*, o único princípio encontrado será aquele do *uso comum* (AM I.181). Dessa maneira, já que qualquer critério técnico acaba levando a um regresso ao infinito, ele se mostra inútil, só restando a confiança no uso comum. Essa é a conclusão geral nos debates sobre ortografia (AM I.169-175), etimologia (AM I.241-247) e também sobre helenismo (AM I.176-240). Então o uso comum se torna, dessa maneira, o critério do que é ou não é grego, e não alguma especialidade de helenismo (AM I.181). Sexto Empírico defende o *uso* como critério de correção, em detrimento da *analogia* pleiteada pelos gramáticos, uma vez que a analogia se origina a partir do uso comum (AM I.199).

Sexto Empírico, assim, explora a defesa dos gramáticos por um critério técnico em contraposição ao uso comum (não-técnico). Essa oposição entre dois pontos de vista diferentes é levantada pelo filósofo cético com o intuito de desqualificar a gramática como uma técnica – como pretendiam seus formuladores gramáticos. Sexto Empírico, então, estaria nos remetendo ao início do seu opúsculo ao nos lembrar de sua determinação lá enunciada: não atingir a gramática que ensina a leitura e a escrita, ao mesmo tempo em que não poupa a gramática que se pretende ciência, ou seja, que vê a linguagem como um objeto – domesticável – de estudo. Isso porque, ao contrapor técnica e uso comum, Sexto Empírico critica e desqualifica a técnica, isto é, a capacidade de se teorizar sobre a linguagem, ao mesmo tempo em que não está, necessariamente, desqualificando a linguagem *per si*, a linguagem que usamos cotidianamente.

Por ora, acreditamos ter enfatizado o movimento espiralado que o texto de Sexto Empírico impõe a seus leitores. Porém, ainda há que ser feita uma análise de *Contra os gramáticos* à luz de *Contra os lógicos* – estudo que, ao que se espera, abrirá fendas e trará respostas mais claras às perguntas que norteiam esta pesquisa. Nessa ocasião será vista a distinção capital dos estóicos entre signos *mnemônicos* (ou *evocativos, comemorativos*) e signos *indicativos*. A partir dessa diferenciação e dos subseqüentes comentários de Sexto Empírico, alguns autores, por exemplo, respondem afirmativamente tanto no que diz respeito a uma defesa desse cético por uma perspectiva de linguagem, quanto sobre o pragmatismo dessa concepção (p. ex. MARCONDES, 1999). Por enquanto, diante da oscilação entre

argumentos equípolos, fica suspenso o juízo – embora sem que tenhamos alcançado a ataraxia. O desejo pela dissolução do problema impele à persistência da busca.

¹ Mestre e Doutoranda em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio, desenvolve pesquisa na linha das *Abordagens não-representacionistas do significado: aporias e perspectivas*, sob orientação da Profa. Dra. Helena Franco Martins.

² Doravante AM I (uma vez que corresponde ao livro I de *Adversus Mathematicos*).

³ Neste trabalho, é por referência a esse ideário – não-representacionista, não-imanentista e não-essencialista – que entenderemos a expressão *perspectiva pragmática de linguagem*.

⁴ Para Stanley Fish, qualquer interpretação pode ser elaborada por alguém que domine os procedimentos institucionais pelos quais as interpretações são propostas e estabelecidas. Para ele, são *comunidades interpretativas* que criam condições sob as quais uma leitura deixa de ser absurda e se torne respeitável – ou até ortodoxa (FISH, 1980, p. 349). Dessa forma, Fish não se surpreenderia se pressupostos tais fossem estabelecidos que permitissem uma leitura de “O Tygre” como uma alegoria do sistema digestivo – ou, para usar um exemplo de Talbot Taylor, como uma história sobre um jogador de baseball de Detroit (TAYLOR, 1992, p. 159).

⁵ Doravante HP.

Referências bibliográficas

ANNAS, J. e BARNES, J. 1985. *The Modes of Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press.

BLANK, D. 1998. “Introduction” e “Notes” In : SEXTUS EMPIRICUS. *Against the grammarians* (Adversus mathematicos I) (Claredon later ancient philosophers). New York: Oxford University Press Inc.

CAVELL, S. 1979. *The claim of reason*. Oxford: Oxford University Press.

DERRIDA, J. 1991. *Limited Inc*. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus.

DESBORDES, F. Mars 1982. “Le langage sceptique: notes sur le *Contre les grammairiens de Sextus Empiricus*”. *Langages*, 65.

ECO, U. 2000. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Editora Perspectiva.

FISH, S. 2001. "Interpreting the *Variorum*". In: LEITCH et alli (Orgs.) *The Norton Anthology of Theory and Criticism*. New York: Norton.

_____. 1980. *Is there a text in this class?* Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press.

FISHER, M. 1989. *Stanley Cavell and literary skepticism*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

MARCONDES, D. Outubro 1999. "A relevância da discussão cética sobre a natureza do signo". *Manuscrito*, XXII (2), 399-412.

NUSSBAUM, M. January 1994. "Skepticism about Practical Reason in Literature and the Law". *Harvard Law Review*, 107(3), 714-744.

RORTY, R. 2002. *Objetivismo, relativismo e verdade: escritos filosóficos vol. 1*. 2ª ed. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

SEXTUS EMPIRICUS. 1990. *Outlines of Pyrrhonism*. Translated by R. G. Bury. Buffalo, New York: Prometheus Books.

_____. 1994. *Outlines of Scepticism*. Translated by J. Annas e J. Barnes. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 1998. *Against the grammarians*. (Adversus mathematicos I). Translated with an introduction and commentary by D. L. Blank. (Claredon later ancient philosophers). New York: Oxford University Press Inc.

_____. 2002. *Contre les professeurs*. Introduction, glossaire et index par Pierre Pellegrin, traduction par Catherine Dalimier, Daniel Delattre, Joëlle Delattre et Brigitte Pérez, sous la direction de Pierre Pellegrin. Paris: Éditions du Seuil.

STONE, M. 2000. "Wittgenstein on deconstruction" In: *The new Wittgenstein*. CRARY, A. e READ, R. (edits.) London: Routledge.

TAYLOR, T. J. 1992. *Mutual misunderstanding: skepticism and the theorizing of language and interpretation*. Durham and London: Duke University Press.

